

GUIA PRÁTICO

DOENÇA PROFISSIONAL - FUNÇÃO PÚBLICA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Doença Profissional – Função Pública
(N46 – v4.04)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

RESPONSÁVEL

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Junho de 2010

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quem tem direito?	4
C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	4
E1 – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável	5
E2 – Glossário	5
Perguntas Frequentes	5

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.
--

A – O que é?

Se o médico dum funcionário público suspeitar que este tem uma *doença profissional*, deve participar essa suspeita, em impresso próprio, ao CNPRP para, eventualmente ser a doença ser certificada, de forma a ter direito a várias compensações (pensão, subsídios e outras prestações).

O *CNPRP* caracteriza a doença como profissional e propõe o grau de incapacidade.

A fixação do grau de incapacidade é da responsabilidade da junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

B1 – Quem tem direito?

A certificação pode ser pedida por quem:

1. Suspeitar ter uma *doença profissional*.
2. Tiver estado exposto ao factor de risco que causa essa doença (devido à natureza da sua actividade, às condições de trabalho ou às técnicas usadas no seu trabalho habitual).

C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Tem de enviar ao *CNPRP* os seguintes documentos:

Formulários

Mod. 08.11.03 - Participação Obrigatória – a preencher pelo médico que suspeite de doença profissional.

Mod. 08.11.06 – Parecer Clínico – a preencher pelo médico que suspeite de doença profissional.

Mod. CDP14-DGSS – Relatório de Avaliação da Exposição a Riscos de Doença Profissional – **pode ser pedido mais tarde pelo *CNPRP*** – a preencher pelo Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho ou pelo Departamento de Pessoal da empresa onde trabalha.

Mod. GDP12-DGSS – Requerimento de Pensão por Incapacidade Permanente por Doença Profissional.

Documentos necessários

Exames e elementos complementares de diagnóstico.

E1 – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do art.º 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro

Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública.

E2 – Glossário

CNPRP

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais; a entidade que faz a avaliação clínica da doença profissional na função pública.

Doença profissional

Doença incluída na Lista das Doenças Profissionais e que afecta um trabalhador que, devido à natureza da sua actividade, às condições de trabalho ou às técnicas usadas no seu trabalho habitual), tenha estado exposto aos factores de risco também indicados na lista.

Pode também ser considerada doença profissional uma lesão corporal, uma perturbação funcional ou uma doença que não esteja incluída na Lista, desde que se prove que é consequência necessária e directa da actividade exercida pelo trabalhador (e não resultado do desgaste normal do organismo).

Para um trabalhador ser reconhecido como um doente profissional, é preciso que a doença profissional seja certificada pelo Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais com base no parecer dos peritos médicos competentes.

Perguntas Frequentes

No caso de ter direito a pensão, subsídios ou outras prestações, é o CNPRP que me paga?

Não. O *CNPRP* apenas intervém na componente técnica (de avaliação clínica) destes pedidos, não paga nada aos funcionários públicos.